

Dialogia da dimensão emotivo-volitiva: uma discussão círculo-bakhtiniana sobre os afetos humanos

The dialogism of the emotive-volitional dimension: a discussion of the Bakhtin's Circle on human affects

Marcos Roberto dos Santos Amaral

Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC)
Fortaleza | CE | BR
profroberto.amaral@uece.br
<https://orcid.org/0000-0001-8130-4580>

João Batista Costa Gonçalves

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza | CE | BR
joao.goncalves@uece.br
<https://orcid.org/0000-0002-4386-8809>

Resumo: A fim de salientarmos uma dimensão dialógica dos afetos dos sujeitos, por estarem, constitutivamente, situados historicamente, discutimos, no presente texto, como as posições emotivo-volitivas arquitetam-se num contexto ético, ideológico e autoral. Assumimos, sob esse viés, que a construção das sensações e dos interesses individuais são respostas peculiares a formas como o sujeito interage socialmente, portanto, podem ser considerados atos autorais contraditórios arquitetados numa prática social situada. Para desenvolvermos nossas ponderações, recorreremos a parâmetros teóricos e metodológicos advindos de Bakhtin em “O autor e a personagem na atividade estética” (2011) e em “Para uma filosofia do ato responsável” (2010) a fim de analisarmos diversas situações cotidianas extraídas da vida comum ou retratadas literariamente, em especial na obra “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar (1989), quando estados afetivos são tematizados de maneira a evidenciar seu caráter social axiológico. Sustentamos, ainda sob esse prisma teórico, a ideia de que a constituição emotivo-volitiva do sujeito desencadeia-se dialogicamente numa arena de lutas entre posições apreciativas e depreciativas das experimentações de si, através da problematização ativa das autossensações vivenciadas e das imagens de si projetadas por si e por outrem. Pretendemos, com o debate, enfim, defender que a afetividade, mais que uma questão individual, é um processo tenso de construção social e dialógica.

Palavras-chave: Bakhtin; dialogismo; afetos; posições axiológicas; relações emotivo-volitivas.



Abstract: In order to highlight a dialogical dimension of the subjects' affects, since they are constitutively situated historically, we discuss how emotional-volitional positions are constructed in an ethical, ideological and authorial context. From this perspective, we assume that the construction of individual sensations and interests are peculiar responses to the ways in which the subject interacts socially, and, therefore, contradictory authorial acts constructed in a situated social practice. To develop our considerations, we will resort to theoretical and methodological parameters from Bakhtin in "The Author and the Hero in Aesthetic Activity," (2011) and in "Toward a Philosophy of the Act" (2010) in order to analyze various everyday situations portrayed in literature, especially those that appear in the work "Lavoura Arcaica", by Raduan Nassar (1989), when affective states are thematized in a way that highlights their social axiological character. We emphasize that the emotional volitional constitution of the subject is dialogically activated in an arena of struggles between appreciative and depreciative positions of self-experiments, through the active problematization of the experienced self-sensations and the images of oneself projected by the author and others. Finally, we intend, with the debate, to suggest that affect is more than an individual issue; it is a tense social process.

Keywords: Bakhtin; dialogism; affects; axiological positions; emotive-volitional relations.

1 A dimensão emotivo-volitiva do ato responsável

Podemos supor que uma perspectiva bakhtiniana de analisar como se constrói a percepção de si próprio arquiteta-se em função de três momentos da compreensão crítica de si: a autossensação imediata que se tem de si; a assunção de uma determinada imagem que o outro lhe faz; e a coincidência, ou não, da imagem mediada de si pelo outro com a autossensação de si. As decorrentes imagens de si que se podem projetar do entrecruzamento dessas três possibilidades desencadeiam uma rede de interesses e de sensações que subjaz às diversas formas de posições axiológicas de o sujeito demarcar o sentido de seus atos. Esta arquitetura, enquanto fundo perceptivo em cuja tessitura o ato responsável e a compreensão de si são delineados, a nosso ver, permite pensarmos numa dialogia da dimensão emotivo-volitiva do sujeito – este sempre inscrito em práticas sociais.

Defendemos, assim, que lançar luz para esta tessitura dialógica pode oportunizar reflexões a respeito de como sensações de si, afirmativas, autodestrutivas e nocivas ao próximo, são respostas a diversas contradições sociais. Tomamos, como exemplo, para ilustrar a arena de lutas afetivas onde a imagem de si se constitui como resposta às presumidas autoimagens que o grupo social no qual se está inserido deflagra, a peculiar condição emotivo-volitiva de André, protagonista de *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar (1989), além de recorrermos a várias menções a atos cotidianos típicos, à medida que discutimos as noções básicas bakhtinianas escolhidas para esse artigo.

Para efeito de organização do nosso texto, num primeiro momento, discutimos a construção dialógica das emoções e das volições com base na teoria bakhtiniana; depois salientamos que o ato responsável constitui-se cognitiva, ética e esteticamente, por isso se configurando como um ato ideológico; por fim, em decorrência deste entendimento, tratamos do caráter social contraditório da dimensão afetiva do sujeito.

Para darmos sequência a nossas ponderações, acreditamos ser necessário delinear, de imediato, alguns parâmetros conceituais e analíticos fundamentais, a partir de Bakhtin em “O autor e a personagem na atividade estética” (2011) e em “Para uma filosofia do ato responsável” (2010), aos quais recorreremos para desenvolver nossas análises aqui, a saber, autossensação imagem interna e externa e máscara. Por autossensação definimos, na esteira bakhtiniana, as diversas experimentações que se vivenciam internamente ao corpo; por imagem interna, o extrato das autossensações orientadas pela imagem externa, a impressão produzida por esta imagem sobre os outros; já, por imagem externa, os elementos significativos das expressões do sujeito acessíveis à percepção alheia; enfim, por máscara, o ato de contrapor uma compreensão ao seu avesso, na medida em que se revela seu negativo constitutivo, num processo de exteriorização deste e dissimulação daquela.

Cabe pontuar, aqui neste debate, que nos apoiamos na estratégia metodológica bakhtiniana de discutir a arquitetônica do ato responsável a partir da atividade estética geral (Bakhtin, 2010) tematizando como esta evidencia a forma como nos posicionamos axiologicamente na relação, em ininterrupta formação, do eu com a alteridade, e, desta feita, propomos mirar a dialogia dos afetos nesse mesmo movimento, salientando que nossas respostas emotivo-volitivas, “admiração, amor, ternura, piedade, inimizade, ódio, etc.” (Bakhtin, 2011, p. 28) decorrem de atos na vida que se constituem semelhantemente a atos autorais na atividade estética, no sentido de que criamos imagens do outro em grande medida como se fossem personagens e fôssemos narradores de nossa vida, enquanto uma obra por fazer.

Com estas devidas considerações iniciais, passamos, a seguir, ao debate estrito da constitutividade dialógica das relações emotivo-volitivas.

2 A peculiaridade dialógica das emoções e das volições

Bakhtin (2011, p. 3-4) considera que o sujeito responde a cada manifestação daqueles que o rodeiam: aos pensamentos presumidos, à expressão manifesta, às atitudes e aos juízos relacionados a estes. Com isso, cria expectativas de como serão os atos alheios e os próprios. Nessas mesmas ponderações, o pensador russo alerta que, embora precários, estes “prognósticos”, porque se apresentam com relativa estabilidade, são sempre recortes pragmáticos necessários à inscrição nas práticas sociais ordinárias, no entanto, ainda, assim, são uma res-

posta autoral que se orienta por uma compreensão do mundo, de si, e do próximo enquanto uma “determinidade estável”, isto é, uma maneira de garantir um *minimum* de coerência entre as diversas relações de sentido que se desencadeiam historicamente. A partir disso, Bakhtin (2011) elucida que é o ativismo do sujeito, a reconhecer que apenas ele ocupa o seu lugar, o ponto de partida para a compreensão da sua responsabilidade inalienável. Esta constatação é desenvolvida com a reflexão sobre como o caráter emotivo-volitivo do sujeito é constituído na interação social.

Bakhtin (2011, p. 10) assevera também que o autor é “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta”. Pensando estritamente nas relações dialógicas emotivas e volitivas do sujeito, pode-se vislumbrar que, ao assumirmos determinada posição axiológica frente ao mundo, ao outro, ou a si mesmo, estamos travando uma disputa entre diversos pontos de vista que presumimos ou pretendemos compartilhar, em cujos sentidos muitas percepções escapam inevitavelmente aos sujeitos em ação.

Por exemplo, quando um adolescente em fase escolar, por não saber a resposta de uma questão feita pelo professor, ri, diante da turma que, na mesma condição de desfamiliarização com o tema, o referenda, tal ato pode ser explicado nos seguintes termos: estes alunos, que acentuam ser algo descontraído não saber de um tema exigido para sua formação escolar e fazem coro ao que ri ao ser questionado e desconhecer a resposta, tomam uma posição a favor de um contexto social de desvalorização da educação; ao mesmo tempo, o riso ainda se explica porque há uma quebra de expectativa de uma imagem almejada de aluno, como aquele que busca aprender; juntamente, se explica, com o fato de que tanto os colegas que ecoam o riso quanto o aluno que ri do equívoco reconhecem a existência dessas duas vivências de modos de ser aluno.

O aluno que ri da ignorância pontual vivencia várias experiências: as autossensações típicas de ser interpelado e reconhecer internamente se sabe ou não a respeito do que fora questionado; uma ponderação quanto ao que quer e deve fazer; uma anuência sobre se afirmará ou não este querer e dever; além das experiências relativas a se expor ou não em público; e, ainda, a dúvida de saber quais os efeitos afetivos da relação entre autossensações e os imperativos externos relativos ao seu querer e dever. Logo, é esta uma relação tensa, já que é marcada pela transitoriedade de pontos de vista sobre como se compreende a si e ao outro e como se presume que o outro faça essa compreensão, por sua vez, juntamente, com a de como se deve e como se pode ou quer proceder. É importante ainda observar que Bakhtin (2011) destaca que a posição de distância do autor para dar acabamento à personagem e ao mundo pode ser encurtada. Desta feita, a compreensão de si e do próximo pode ser deturpada havendo uma confusão e/ou incompreensão entre os limites entre um e outro, do que decorre a alienação do eu. Assim, configuram-se estados afetivos que interditam uma vivência saudável. É o caso, por exemplo, de pessoas que perdem em grande parte a sensação do próprio corpo, passando a viver conflitos internos sobre uma imagem que assume como a que deve apresentar ao outro ou uma imagem que acredita que o outro deve admitir a despeito da que efetivamente se apresenta. Afinal, todo ato, conforme Bakhtin (2010, p. 85) desencadeia-se enquanto uma orientação sobre o que se admite como um “deve-se..., é desejável”..., posto que o caráter valorativo é sensorial, e o volitivo é realizador (Bakhtin, 2010, p. 91).

A experiência de redes sociais cuja tessitura se organiza pela circulação de imagens alheias e próprias editadas passam, cada vez mais, a estar atrelada a esta condição desviante

da vivência singular de si. Ao se concentrar em imagens editadas, portanto, “infiéis”, a autossensação é escamoteada, bem como a percepção alheia também o é, uma vez que o sujeito se relacionará com uma alteridade duplicada. Portanto, é inevitável que as relações dialógicas desencadeadas sejam distintas das que eventualmente se teriam, caso a interação se desse por imagens de si e alheias “cruas” (não editadas). Ocorrerá a perda de si, nesse caso, quando o sujeito se desconectar consigo e viver como se fosse um outro.

Aí, pode-se dizer, encaminha-se para casos mais extremos, em que se configuram os casos clínicos patológicos. Empregando o escopo ontoepistemológico da teoria dialógica, diríamos que o sujeito perdeu a autoria de si mesmo, ficando à mercê apenas do ponto de vista modelador do outro. O sujeito passa, assim, a experimentar a si sem ter qualquer parâmetro ativo sob o qual ancorar alguma referência de quem seja; ou se confundindo ingenuamente com as alteridades com quem interage, bem como sempre buscando diferenciar-se do próximo até aniquilar a possibilidade de convivência com as pessoas em geral e consigo mesmo. Poderíamos nos arriscar e relacionar estas duas atitudes ao que Bakhtin classifica como as de personagem tipo, no primeiro caso; e não redimida e infinita (Bakhtin, 2011, p. 18), no segundo.

Pelo que vimos debatendo até então, podemos assegurar que o que se pode designar como dialogia dos afetos arquiteta-se pela contradição de como se axiologizam as emoções e vontades do sujeito em relação à vivência interna de si; à imagem que almeja de si; e à imagem que presume que o outro tem de si. Esta imagem presumida de si a partir do outro é que baliza os momentos fundamentais da constituição emotivo-volitiva do sujeito e, assim, da forma como este acentua suas sensações e vontades. Sobre esta questão nos deteremos mais a seguir.

3 O social histórico e ideológico na construção das emoções e das volições

Bakhtin (2011, p. 25) questiona “como vivenciamos a nossa própria imagem externa e a imagem externa do outro?” – entendendo imagem externa, como já notamos, “conjunto de todos os elementos expressivos e falantes do corpo humano”. No mesmo jogo do entrecruzamento de imagens presumidas e projetadas de si e do outro, o sujeito se desdobra no “cordão umbilical da autossensação [que] irá ligar minha imagem externa ao meu vivenciamento interior de mim mesmo”.

Como salientamos anteriormente, dentro do contexto de uma formação autoral de si, que é tomada como afirmativa, ou seja, quando o sujeito consegue perceber seu ativismo na construção de si no emaranhado de diversas imagens próprias e alheias valoradas contraditoriamente, podemos dizer que este sujeito conseguirá perceber que, na contradição de uma imagem que admite como a que o outro faz de si com a que o próprio faz de si mesmo, ele estabiliza relativamente uma percepção de si. Como corolário, tem-se que esta percepção de si do sujeito é uma resposta à maneira como as pessoas com quem se relaciona – sob as quais está “confiada” a interação – age e reage entre si e com ele mesmo.

É oportuno considerar que “a percepção da existência” se configura como a “existência de algo para alguém”, porque é operada autoralmente pelo outro que assina esta constatação ao passo que avalia enquanto desejável e/ou imperativa, como, palavras de Bakhtin (2011, p. 372), uma testemunha e um juiz.

A percepção de si consequentemente se delinea em função da forma afirmativa ou negativa, tanto de outrem quanto de si mesmo, em relação consigo. Bakhtin (2011, p. 46, destaque do autor) apresenta como modelar os primeiros contatos maternos quando “dos lábios dela [da mãe], no tom volitivo-emocional do seu amor, a criança ouve e começa a reconhecer seu *nome*”. É preciso deixar claro que, a despeito do exemplo bakhtiniano iluminar uma cena maternal, o horizonte teórico-analítico da análise dialógica, reconhece o caráter transitório das formas estabilizadas socialmente. Logo, admite-se que o acabamento alheio, que vem de fora, através do qual determina-se a imagem de si, pode ser também violento.

Na formação social do sujeito, juntamente com as palavras de acolhimento, vêm as palavras, explícita ou veladamente, severas de interdição e de normatização de valores e de condutas, como as que assumem o papel de juiz e de carrasco. Assim, a opinião alheia funciona como o coro que referenda sob qual ponto de vista se encaminhará a posição do sujeito em relação à percepção de si. Pense-se, para exemplificar, em como se constroem socialmente os sentidos típicos da satisfação e do desejo do sujeito em férias do trabalho. Dificilmente, alguém negará que, fora do horário de serviço, o que se espera é uma viagem, uma estadia em casa de veraneio, um passeio no parque, no *shopping*, uma saída a festas, dentre outras ações afins. Em outras palavras, o consumo de produtos e serviços relacionados ao mercado do entretenimento vincula-se ao período de folga, em nome do descanso.

A construção dessa compreensão de folga, relacionada ao consumo, não deixa de ser um ato deflagrado por uma voz social que constrange valores e condutas sociais por meio de uma voz cuja força persuasiva se constitui pela referendação que diversos sujeitos sociais dão a esta voz. Esta voz social pode ser definida como a confluência de discursos que circulam em esferas específicas, como a midiática, que ecoa publicidades relativas a férias, como a do mercado de trabalho que almeja sonhos de descanso e de entretenimento em paraísos e festas badaladas, além do círculo familiar que reforça esses sentidos cotidianamente em seus passeios a *shoppings*, jantares em restaurantes “caros”, sonhos de viagens etc. Enfim, essa voz persuasivamente diz como se deve assumir o sentido de folga, assim, decorrentemente, orienta quais as sensações que se tem nela, ou de tédios, por não ter para onde ir (ou o que consumir), ou de euforia, por estar “curtindo” a folga, consumindo um *show* ou o *spa*.

Por sua vez, o sujeito, a partir desta imagem de folga que lhe chega externamente, irá acentuá-la com suas autossensações, enquanto respostas a estes constrangimentos. Uma tensão, portanto, se estabelecerá, uma vez que ora haverá simpatia com o que lhe é oferecido, ora haverá antipatia, porque a autossensação e a vivência externa são organizadas de maneira distinta.

Considerando que, diante das peculiaridades das relações neoliberais de precarização do trabalho popular, podemos admitir que o sujeito, antes que descansado, se encontrará mais fadigado, a passar uma folga em práticas de consumo de viagens e de passeios, como apontamos há pouco. De fato, estes atos requerem muitas atividades que irão, de várias formas, extenuá-lo (mental, física e economicamente). Isto porque refrata o contexto da lógica de controle pelo endividamento geral e pelo cansaço crônico, além da gestão do trabalho precarizado e de condições de subsistência miseráveis. Esta compreensão do que é folga não coincide com um descanso real – ou mesmo (projetando, para além do entretenimento, um alternativo sentido para período fora do trabalho) com atividades de conhecimento de si ou do próximo – torna-se um ato severo de ajuizamento de uma condição de padecimento e mal-estar, característica da sociedade atual.

Sob esse viés, podemos sustentar, a partir do exemplo analisado, que as vontades e as sensações com as quais orientamos os sentidos de nossos atos se acentuam dialogando com as posições ideológicas que circulam socialmente. Aliás, as vivências emotivo-volitivas, a serem conscientizadas, confessadas, reveladas, ou seja, percebidas ativamente pelo sujeito, são (re)elaboradas discursivamente, de maneira que as condições objetivas de sua produção acabam comungando da sua constituição, conforme trataremos adiante.

4 A construção da relação afetiva via linguagem

Uma importante atividade relacionada à formação da imagem que postulamos como sendo de nosso eu delineia-se por meio da tradução da “linguagem da autossensação interna para a linguagem da expressividade externa” (Bakhtin, 2011, p. 11). Tal tradução, fundamentalmente, arquiteta-se discursivamente. O sujeito, em grande medida, vivencia a si respondendo a que imagem ele mesmo reconhece de si em diálogo com a imagem que pressupõe que as demais pessoas fazem dele. De tal forma, a maneira como, por assim dizer, se confessa e revela para si e para o outro como se concebe o eu, a qual se organiza discursivamente, por excelência, é interconstitutiva da construção das sensações que o sujeito tem de si.

Sob esse horizonte, discutiremos, a seguir, como a dimensão emotivo-volitiva do sujeito se constitui respondendo às formas como concretamente se desencadeiam as práticas discursivas, seja nas singularidades, por assim dizer, de usos de ativismo crítico na autoria, seja na de usos com autoria desacreditada.

4.1 A posição ativa do sujeito responsável na percepção de si: a dádiva das palavras alheias

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin (2010) observa que todo sentido se singulariza a partir de um ponto de vista único de um sujeito situado num tempo e num lugar particulares, os quais nenhum outro pode assumir. Essa particularização é descrita como uma *concretização e realização* (Bakhtin, 2010, p. 121, destaques do autor) de uma concepção abstrata do ser, do mundo e do sentido que daí extraímos. Esse sentido particularizado tem a peculiaridade de ser ideologizado, com o que a dimensão afetiva concretiza-se, já que o sujeito pode admitir que há uma relação interconstitutiva entre as posições afetivas e discursivas. Em função disso, quando o sujeito reflete e fala ou escuta falar sobre quem ele é, inevitavelmente, assume uma posição axiológica frente a este ato.

Quando, por exemplo, se pergunta a si mesmo ou a outro: quem sou?, ocorre um ato como que uma confissão, “entendida como um relato no sentido de uma prestação de contas individual e única” (Bakhtin, 2010, p. 114). Esta prestação de contas/confissão também se caracteriza num ato de fé (Bakhtin, 2011), de confiança no que o sujeito crê que ele seja, em outras palavras, a compreensão de si deflagra-se a partir do que ele admite como pretende e deve ser: afirmar-se como determinado eu.

Toda essa expressão desencadeia-se discursivamente quando o sujeito assume e anuncia uma posição sobre si, quando – mesmo como uma presunção, pois a última palavra sobre si, apenas na morte pode ser dita e pelo próximo – define relativamente quais os parâmetros que estabelece para a construção de sua imagem, afirmativa ou destrutiva (caso, a relação consigo seja patológica).

Certamente, quando afirmamos quem somos, colocamos em prova quais posições axiológicas são mobilizadas por nós. Pode-se citar, a esse respeito, o caso da criação do slogan *Je suis Charlie*. O enunciado foi criado pelo diretor de arte francês Joachim Roncin e adotado por apoiadores da liberdade de imprensa após o atentado de 7 de janeiro de 2015, no qual doze pessoas foram mortas nos escritórios do semanário satírico francês Charlie Hebdo, como retaliação a críticas ácidas ao islamismo.

A enunciação dessa expressão passou a ser socialmente acentuada como um posicionamento em favor da liberdade de expressão e resistência a ameaças fundamentalistas terroristas. Esse ato deixa evidente o quanto a afirmação de quem se é, ou quem se pressupõe que seja, é, mais que uma constatação de um estado, a constituição de um modo de experimentação, portanto, uma maneira de construção de si e do mundo, uma vez que estabelece um contexto de criação de atitudes orientadas por expectativas de como se pretende ou crê que “deveriam” ser “satisfatoriamente” o mundo, o outro e o eu.

A assunção das posições axiológicas acentuadas pelos sentidos mobilizados pelo proferimento do referido enunciado organizam uma série de questões fundantes do ato responsável, na sua dimensão ética e afetiva de querer e dever (Bakhtin, 2010, p. 84), como apontamos anteriormente; quanto na dimensão da prática imediata de como se fazer, com que finalidade, propósito, utilidade; e, por fim, na crítica criativa de quem se é e como se é (Bakhtin, 2011, p. 128). Certamente, ao ecoar-se *Je suis Charlie*, pode-se perceber uma posição preferível de responder criticamente a determinada questão pessoal e social que se estabelece como importante, sinalizando modos de agir com finalidades específicas, bem como assumindo um juízo moral do que se reconhece como correto ou não, além de afirmar que tipo de sujeito e atitudes se valorizam.

A enunciação de *Je suis Charlie* indicia um sujeito comprometido com valores democráticos de liberdade de imprensa, com um modo de organização social característico de sistemas políticos ocidentais, e, conseqüentemente, com uma posição contrária a outros pontos de vista, sobretudo, com o que corresponde ao do grupo que promovera o ataque contra o jornal satírico *Charlie Hebdo*.

Sob esse viés, pela produção de enunciados, que sempre estão acentuados axiologicamente, pelas relações dialógicas peculiares às práticas discursivas, delineiam-se relações afetivas que testemunham e ajuízam (Bakhtin, 2011) um projeto do que se reconhece como devendo ou não se realizar (Bakhtin, 2011; 2010). Decorre disso que essas relações sedimentam-se através de contradições entre vontades e sensações. A posição autoral de quem declara *Je suis Charlie* carrega-se afetivamente de sensações empáticas com o contexto ideológico do jornal, ao passo que negativiza o contexto “rival”. Tais singularidades de sensações respondem tensamente aos diversos embates sociais em que o sujeito está inserido.

É importante notar que as relações entre a autossensação e as imagens de si assinadas por outrem ou por si mesmo podem orientar-se empaticamente ou polemicamente, ou seja, com legitimação da própria autoria ou do descrédito dela. Podemos considerar que, ao se afirmar o contexto ideológico do jornal, uma imagem simpática deste é oferecida, a qual

pode ser assumida pelos interlocutores, de maneira que interações afetivas desencadeiam-se como atos de reconhecimento do próprio valor frente a outras pessoas e de legitimidade da “aceitação amorosa” da própria imagem (Bakhtin, 2011, p. 46). Tal configuração emotivo-volitiva afirmativa de si, para tanto, precisa desse reconhecimento que “chega de cima como um dom concedido pelos outros” (Bakhtin, 2011, p. 46)

Da mesma maneira que esta “dádiva do ativismo do outro” (Bakhtin, 2011, p. 72) é intrínseca, também o é o ativismo interior, e este encontro será autorizado ou desacreditado caso haja ou não eco entre a imagem alheia e a de si. Neste embate, também é importante destacar que, enquanto ato histórico em constante transitoriedade, as práticas discursivas, sociais e, dentre estas, conforme estamos debatendo, as afetivas, são marcadas por processos que extrapolam a percepção crítica de si e do outro, ou seja, vão além da compreensão singular crítica de como o sujeito participa responsavelmente da constituição dessas percepções.

À vista disso, por essa peculiaridade dialógica das relações emotivo-volitivas também arquitetarem-se como em uma arena de lutas, é que delineamos o debate a respeito da possibilidade da construção da posição ativa do sujeito como embuste, com que é desencadeado um ato, nas palavras de Bakhtin (2011), parasitário.

4. 2 O uso parasitário das máscaras de si: a impostura da imagem de si alheias e próprias

Bakhtin (2011) pondera sobre relações sociais em que uma imagem de si produzida pelo sujeito pode estar afetada por assim dizer, pelo “ativismo passivo” deste mesmo sujeito, que pode estar postulando uma compreensão de si orientada apenas pelo que acredita que o outro pensa que ele seja. Há, portanto, aí uma perda de autoria ativa (Bakhtin, 2011, p. 52). Esse parasitismo delinea-se juntamente com arrogar somente a si como fonte exclusiva da construção da imagem de si (Bakhtin, 2011, p. 141), depreendendo-se, logo, uma perda da coparticipação ativa do outro.

A perda do ativismo responsável do eu e do outro na constituição da compreensão crítica de si, então, configura uma compreensão mascarada de si mesmo. Bakhtin (2011, p. 114) observa, quanto a isso, que, quando o sujeito desvincula a imagem de si de uma sensação da condição singular de que apenas por ocupar seu lugar e momento únicos podem vivenciar – condição inalienável no ato responsável –, ocorre o mascaramento do ser. Essa desconcretização/ desrealização promove um apagamento da singularidade do sujeito, impedindo, assim, a participação ativa responsável, bem como a coparticipação do outro.

Podemos considerar, então, que, caso o sujeito se desconecte da autossensação de sua posição única, a construção dialógica do caráter sensorial, mobilizador das sensações e interesses com que compõem a vivência afetiva de si acaba sendo mascarada, isto é, haverá uma alienação da posição autoral interconstitutiva com a participação do próximo da percepção de si. Logo, a tradução da autossensação para a expressividade externa estará num estado de descrédito. Assim, ocorre quando alguém com uma massa corpórea saudável se percebe como acima do peso ou, em situações mais extremas, quando alguém, mesmo estando com subpeso, se sinta obeso, numa conduta patológica. Assim, o ato de valoração de si que o sujeito perpetra está sobretudo pautado na imagem que ele admite que a sociedade espera que ele tenha, do “corpo saudável”, do “padrão de beleza”.

Isto ocorre de tal maneira que a própria autossensação de si é obnubilada a ponto de o sujeito agir como se esta autossensação coincidissem com uma imagem externa, a qual assume que o outro lhe faz e lhe exige intransigentemente. Por exemplo, um sujeito que não está obeso poderá se reconhecer contraditoriamente na seguinte confissão: “estou gordo”. Mesmo que, ao contrário, lhe revelem: “você não está”, ou este sujeito mire no espelho seu corpo magro, ainda assim mascarará a percepção alheia de si que lhe é oferecida concretamente, junto com a autossensação de sua magreza. Este uso parasitário das sensações de si acarretará uma construção impostora dos valores que o sujeito vivencia de si mesmo, ou seja, uma percepção que dissimula as próprias autossensações.

Em suma, o sujeito, nesse caso, vive uma representação de si arquitetada apenas pelo ponto de vista alheio, experimentando, assim, a construção moribunda da imagem de si, porque, de tal forma, não pode “senão interpretar um papel, isto é, vestir, como uma máscara a carne de um outro – de um morto” (Bakhtin, 2010, p. 66). Por conseguinte, uma representação mascarada é constituída, o que Bakhtin (2010, p. 112) destaca como uma vivência em impostura.

Este embuste mascarado da autoridade na assinatura do sujeito que percebe a si na interação consigo mesmo e alheia evidencia como as relações afetivas são dialógicas no sentido de se arquitetarem numa cadeia intensa de disputas de sentidos situados historicamente em conjunto com uma vivência contraditória de valorações de si e do outro, em cuja arena as posições axiológicas se constituem e são ecoadas.

Pode-se notar, portanto, que a construção das sensações e dos interesses dos sujeitos são respostas peculiares a formas como este interage socialmente. Para salientar que a tal constituição emotivo-volitiva arquiteta-se numa arena de lutas entre posições axiológicas apreciativas e depreciativas de si, recorreremos à análise da construção da condição afetiva de André, herói de *Lavoura Arcaica* (Nassar, 1989).

5 O abismal limite entre a conquista e a perda da autoria das autossensações

Para iluminarmos este momento de nossas discussões, tematizamos as respostas funestas que André perpetra em relação aos sentimentos de si e das suas vontades assumidas, diante da revolta contra o pai e do interesse amoroso/sexual para com a irmã. Destacamos que *Lavoura Arcaica* é um romance estruturado com uma prosa poética tratando de temas como patriarcalismo, incesto e religião. A narrativa desenvolve-se em torno de André, que vive em uma região rural, na fazenda de sua família e decide se mudar, para se distanciar de sua família e seus valores e costumes, cujo poder soberano concentra-se na figura patriarcal que personifica a ordem, a rigidez e os valores tradicionais a que André rejeita. Nesse contexto, o protagonista constitui-se como um jovem vindo de um meio arcaico marcado por valores ortodoxos, que tenta renegar sua origem para morar em uma pequena cidade urbana, com o desejo de uma vida diferente da asfixiante na lavoura e na rigidez moral de seu pai. Sua condição trágica é intensificada por ter um desejo incestuoso pela irmã Ana.

Sob esse horizonte, o protagonista reconhece e revela vivenciar uma sensação de incapacidade e desorientação, diante do fato de que Ana não cederá a sua vontade incestuosa – “que sentimento de impotência!” (Nassar, 1989, p. 117); “eu fui dizendo num incêndio aluci-

nado, como quem ora, cheio de sentimentos dúbios, e que gozo intenso açular-lhe a espinha, rascar suas vértebras, espicaçar-lhe a nuca com a mornidão da minha língua; mas era inútil a minha prece” (Nassar, 1989, p. 119).

A tensa relação afetiva consigo e com o próximo, neste caso, logo, é arquitetada enquanto resposta direta a seu interesse interdito e por consequência dessa interdição pela autossensação decorrente depreciativa de si – “e meu corpo, eu não tinha dúvida, fora talhado sob medida pra receber o demo” (Nassar, 1989, p. 116). A cadeia dialógica emotivo-volitiva organiza-se numa ampla dimensão que envolve posicionamentos que André assume desde suas primeiras reflexões sobre si, por conta deste desejo proibido, por sua vez, ser uma contestação velada à presença intransigente do poder alheio que o pai exerce.

Tal forma composicional arquiteta-se através da sobreposição dos valores do patriarca que sufocam a voz de André, de maneira que seu tom é deturpado. De fato, materialmente, as palavras que o pai alude em seus sermões são polemizadas na fala do filho endereçada, sobretudo, à irmã. Por exemplo, a imagem de si que André projeta no apelo que faz à Ana está impregnada da voz do pai nos seguintes termos: as palavras em memória do pai salientam o sermão cujo epílogo é a afirmação de que “o gado sempre vai ao poço” (Nassar, 1989, p. 196), e penetram na asserção de André a interpelar Ana, “num murmúrio denso, a engrolar meu terço, era a corda do meu poço que eu puxava” (Nassar, 1989, p. 119). Desse modo, a autossensação deprimente, além de estar respondendo imediatamente a frustrações de não poder experimentar um “amor proibido”, é endereçada de forma mascarada como desafio à ordem onipotente da autoridade do pai. Ou nos termos ambivalentes de André: “foi um milagre descobrirmos acima de tudo que nos bastamos dentro dos limites da nossa própria casa, confirmando a palavra do pai” (Nassar, 1989, p. 120).

Sob este fundo emotivo-volitivo, ocorre a constituição de sensações autodestrutivas em função da escalada ansiosa da radicalização desse desafio. À medida que se busca afirmar a si pela negação absoluta do poder alheio que o oprime, acaba-se anulando a dimensão fundante da própria percepção de si: a de ser uma resposta tensa ao outro. Desta feita, o paroxismo da negação do pai participa da acentuação do desejo por Ana. Esta configuração arquiteta uma farsa, por princípio, uma vez que necessariamente a paixão por Ana não se constitui tão somente por ela mesma, mas também por ser a destruição do poder do pai – a ruína da família. Ana desencadeia, dessa forma, o duplo possível da morte do poder do pai de determinar, sem concessão, a imagem que André deve fazer de si, a despeito mesmo de suas próprias sensações e experiências.

Decorrentemente, a perda de si ocorre tanto porque não se vivencia autoralmente suas próprias autossensações, pois a imagem de si é obstinadamente uma imagem onipotente que o outro anuncia – “eu, o filho torto, a ovelha negra que ninguém confessa, o vagabundo irremediável da família” (Nassar, 1989, p. 120); quanto a imagem externa que André acentua é assinada pela rubrica do que se pressupõe que os outros, além do pai, esperam como preferível, desejável – “eu, o filho arredio, o eterno convalescente, o filho sobre o qual pesa na família a suspeita de ser um fruto diferente [...]. Vou falar sobre coisas simples como todos falam [...]; serei bom e reto, solícito e prestativo” (Nassar, 1989, p. 126-7).

Esta condição emotivo-volitiva tensa constitui-se e reverbera sensações parasitárias, porque tragicamente envereda-se por experimentações de estados autodestrutivos, ao mesmo tempo em que encena diversas imposturas para mascará-las – “quero uma recompensa para o

meu trabalho, preciso estar certo de poder apaziguar a minha fome neste pasto exótico, preciso do teu amor, querida irmã, e sei que não exorbito, é justo o que te peço” (Nassar, 1989, p. 125).

Uma peculiaridade do parasitismo é a não franqueza consigo mesmo e com o próximo. No caso da personagem de André, vemo-lo marcado por disfarces lógicos-discursivos, os quais se tecem na constante estratégia de não dizer o que sente, justificando pela inutilidade de tal ato. As cenas iniciais da obra desenvolvem-se como um diálogo indireto atravessado por revelações, apelos e injúrias implícitas a destinatários subentendidos. Nelas, André declara que “foi o que eu disse confuso com o desajeito do que dizia e cheio de receio de me deixar escapar não importava com o que eu fosse lá dizer, mesmo assim eu repeti” (Nassar, 1989, p. 11) e discerne “a voz de meu irmão, calma e serena como convinha, era uma oração que ele dizia quando começou a falar (era o meu pai) da cal e das pedras da nossa catedral” (Nassar, 1989, p. 18).

A sobreposição evasiva de dizeres e destinatários acaba burlando a própria percepção da autoria na interação discursiva, já que nem é dito o que se pretende efetivamente; nem esse dizer é endereçado devidamente a quem se intenciona. Como indicado, há pouco, o fim da interação promove o fim mesmo do sujeito. Portanto, quando André dissimula sua fala, orienta suas sensações para uma espécie de afirmação da morte como vida, é neste tom que acentua sua vivência de “sentimento sublime” (Nassar, 1989, p. 125); do mesmo modo que de “santa fúria” (Nassar, 1989, p. 140) e orienta seu desejo de aceitação/deposição do pai avizinando-o com a consideração do incesto como justo. Tal dissimulação emotivo-volitiva orchestra-se na intensificação da contradição inescapável entre pretender algo e dizer outro nas relações afetivo-discursivas. A dúbia dissimulação – “essa cicatriz sombria que não existe mas que todos pressentem” (Nassar, 1989, p. 126-7) – constitui-se num elo interdestrutivo de si e do próximo que mobiliza perturbações na compreensão ativa das autossensações e imagens de si e alheias.

O parasitismo emotivo-volitivo intensifica este estado autodestrutivo, pois o sujeito não perde a percepção singular de ocupar uma posição num tempo e num lugar, impossível de ser ocupada por qualquer outro – por assim dizer, a cicatriz é pressentida, mas não é criticamente constitutiva, já que não se desconecta de si mesmo; antes é uma complexa experimentação de como a autossensação pode ser duplicada numa farsa, ou seja, como um processo de uma pretensa perda do ativismo autoral. André, no paroxismo de sua confissão à Ana, desvela e assente a “consciência” de sua situação: “eu, que desde o início vinha armando minha tempestade” (Nassar, 1989, p. 138); “não tive o meu contento, o mundo não terá de mim a misericórdia; amar e ser amado era tudo o que eu queria, mas fui jogado à margem sem consulta” (Nassar, 1989, p. 139).

Ao final das contas, a imagem alheia a que André se agarrou como a que lhe foi oferecida pelos seus próximos e a que foi criando de si não comungavam entre elas, antes fizeram coro sobretudo a diversos conflitos cuja condução enveredou por caminhos inconciliáveis, de maneira que a destruição surge como acabamento da interação emotivo-volitiva. Em lugar da familiarização entre a dádiva alheia da imagem de si e entre as respostas afirmativas da autossensação, ocorreu uma imiscibilidade entre ambas por serem acentuadas como farsas da própria imagem de si.

Assim, passamos às nossas considerações finais.

6 A contradição farsesca das imagens de si: uma condição tantálica e sisífica das posições emotivo-volitivas

Pelo que vimos discutindo, podemos supor que a construção ativa da condição afetiva do próprio sujeito é uma resposta autoral à tensa interação entre as autossensações experimentadas e as que reconhece ou busca reconhecer como tal, entre as imagens de si que o sujeito admite, bem como das que pressupõe que os outros admitam. Sob esse fundo perceptivo, é possível depreender-se que as condições afetivas oscilam num contínuo cujos limites são uma relação paradoxal, por assim dizer, parasitária autodestrutiva e simbiótica graciosa. Nos termos que vimos anteriormente, a primeira ocorrendo quando não há coincidência entre a autoria das imagens de si e o próprio sujeito das autossensações; e a outra quando há coincidência.

Assim, refletindo sobre que uma justa medida entre emoções, desejos e condições históricas, desde a antiguidade é pensada, por exemplo, na posição aristotélica, em “Poética” (1990), sobre a adequabilidade entre horror e piedade na tragédia ou ridículo na comédia com as situações e atos virtuosos e viciosos; ou mesmo na nietzschiana, em “O Nascimento da Tragédia” (2003), a respeito da contiguidade entre sentimento de mundo trágico e moralidade; a partir de Bakhtin (2011; 2010), na tensão entre autossensações e imagens de si, podemos aventar que tal construção afetiva do sujeito se arquiteta por tons, que chamaríamos de tantálicos e sisíficos.

Em outras palavras, num contexto de lutas ininterruptas numa arena de posições axiológicas contraditórias, uma situação de dádiva é um limite idealizado, como vimos, quando coincidem as autossensações e as imagens de si, construídas, autoralmente ou por outrem. Nesse contexto, decorrem, portanto, relações, relativamente, ambivalentes, logo, tendendo à incidência parasitária entre as autossensações e as imagens de si. Com este delineamento, o reconhecimento desta ambivalência coincidente-incoincidente familiariza-se com a assunção de uma condição de árduo exercício rotineiro ingrato – daí a referência a Sísifo – de busca da serenidade da coincidência entre nossa imagem externa e vivenciamento interno, posto que um limite ideal (então, inalcançável – daí a referência a Tântalo).

No entanto, com esta mesma compreensão trágica, podemos, certamente, experimentar criticamente nossas volições e sensações como atos responsáveis, em função de podermos assiná-los ativamente e não sermos reféns das contradições individualistas afetivas que mobilizam as diversas interações peculiares a situações de mal-estar, pessoal e social. Logo, diante da problemática da saúde emocional tão urgente hoje, a crítica das questões afetivas enquanto questão relacionada às formas como a “civilização cria seu mal estar” através da arquitetônica das práticas sociais delineadas por atos desencadeados pelos sujeitos que por sua vez os orquestram respondendo também a estas práticas, é uma forma de nos desviarmos da desresponsabilização/desconexão patológica da realidade, a qual responde aos estados de adoecimento que particularizam, cada vez mais, a sociedade em geral. Como vimos, a compreensão da dimensão emotiva-volitiva como relações dialógicas podem determinar atos nesse sentido.

Declaração de autoria

Os autores declaram que participaram de todo o processo de elaboração do artigo.

Referências

ARISTÓTELES. Poética. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. 3. ed. rev. pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.